

Publicado no site da prefeitura  
Municipal  
07/11/2024  
Secretaria municipal de  
Comunicação

## ATA DE REUNIÃO COM O SADPREV

\* Aos sete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas, os membros da comissão formada pelo Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS do FUNDEB – de Santo Antônio do Descoberto – Goiás reuniram-se de forma presencial na Sede do Fundo de Previdência Social dos Servidores do Município de Santo Antônio do Descoberto, localizado na Quadra 41, sem número, lote doze, no Centro, em Santo Antônio do Descoberto - Goiás, a fim de participarem de uma reunião com a pauta de assuntos diversos de interesse dos servidores da pasta da Educação do município, especialmente sobre a situação atual do fundo, bem como de previsões futuras. Participaram da reunião os membros designados para a comissão do CACS escolhidos em reunião ordinária anterior, a saber: O Presidente Sóstenes Alves do Nascimento, representante membro de Organizações da Sociedade Civil; o professor Gregório Robson Camelo Teixeira Maciel, representante membro dos Diretores das Escolas Básicas Públicas Municipais; a professora Shirley Aves de Oliveira, representante membro dos Professores da Educação Básica Pública; o servidor Márcio José Frinhani, representante membro do Conselho Municipal de Educação; a secretária do CACS do FUNDEB, a servidora Ana Maria Mantzos; a servidora Josélia Francisca de Souza, Gestora Presidente da Autarquia SADPREV; a servidora Marina Estêvão da Rocha, Diretora Financeira do SADPREV; e o servidor Roberto Alves de Azevedo, chefe de benefícios. Dando início à reunião, o Presidente do CACS do FUNDEB, o professor Sóstenes, perguntou a respeito do impacto causado, em termos de arrecadação, pela grande quantidade de servidores contratados, que realizam um trabalho essencial de provimento de déficits, porém que não contribuem para o fundo. Solicitou também confirmação de uma informação que ele havia recebido de que haveria realização de concurso público, visto que o último concurso aconteceu há doze anos atrás, no ano de dois mil e doze. A Gestora Presidente do SADPREV, a servidora Jozélia, iniciou sua fala informando que no início de sua gestão o SADPREV estava muito defasado, e que após pouco mais de um ano de atuação, trabalhando com um grupo compromissado e com interesse focado no coletivo, havia ocorrido um aumento no fundo – de vinte e seis milhões para quarenta milhões -, saldo esse positivo, porém insuficiente a longo prazo. Caso contrário o fundo já poderia estar colapsado. Tal saldo positivo é garantido pela administração do fundo em caráter de excelência, além do pagamento das guias do patronal, pagamento este que está sendo realizado com regularidade por parte da prefeitura municipal (inclusive de um parcelamento existente). A diretora financeira, a servidora Marina, informou que segundo os dados disponíveis, caso a folha de pagamento continuasse inalterada, só haveria recursos para pagamento para mais cinco anos. A seguir, foram comentados assuntos diversos, e muitas dúvidas que os conselheiros do CACS haviam trazido foram sendo esclarecidas. A Gestora Presidente Josélia e a Diretora Financeira Marina continuaram a explicar como funcionava o fundo, falando sobre as carteiras de investimento existentes nele, que ajudavam na saúde financeira do mesmo; da tendência de aumento da folha devido o novo lote de servidores que vão se aposentar do concurso do ano de um mil novecentos e noventa e oito, demandando em caráter de urgência a realização de um concurso público para aumentar a contribuição e aliviar o fundo; explanaram sobre a rotina de trabalho do SADPREV.

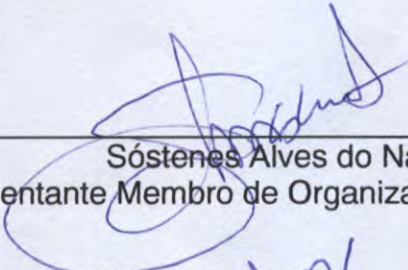


pautada em um compromisso de zelo pelo fundo, tendo suas decisões tomadas baseadas em consultas ao Conselho do fundo, bem como o alinhamento da parte gestora do SADPREV com a Prefeitura Municipal e com a Câmara Municipal, garantindo o sucesso do trabalho; apresentou as quatro assessorias que existem no SADPREV, a saber: contábil, previdenciária, de investimentos e jurídica e citaram a excelência de seu trabalho; citou sobre as carteiras de investimento dos fundos do SADPREV, que são muito conservadoras e que primam pela segurança dos valores investidos. Informaram sobre as avaliações pelas quais o SADPREV era submetido, inclusive na parte financeira; falaram do alerta realizado à Prefeitura sobre a atual defasagem da alíquota do patronal, dos prejuízos acarretados por tal defasagem, e da necessidade da adequação da alíquota para trinta e sete vírgula noventa e seis por cento (37,96%), conforme Relatório de Avaliação Atual 2024, a fim de evitar a possibilidade de uma auditoria no SADPREV; comentaram da defasagem do fundo devido ao não pagamento por parte de gestões anteriores e das ações judiciais impetradas no sentido de receber a devolução desses valores, o que acrescentará mais fôlego ao fundo; fizeram uma comparação do valor do fundo com os valores de cidades adjacentes, que tem fundos com valores muito superiores; comentaram da necessidade de recadastramento dos servidores afastados por invalidez e de uma efetividade maior no processo de aplicação dos desvios de função antes de provar realmente a necessidade da aposentadoria por invalidez; falaram da necessidade do recadastramento anual dos funcionários afastados por invalidez, recadastramento este já previsto na Lei do SADPREV, e o presidente Sóstenes alertou para a ausência de especialistas, o qual hoje é realizado pela Junta médica Oficial do Município Alguns conselheiros do CACS trouxeram questões específicas como a da lei que tem a perspectiva de aposentadoria para pessoas com algumas deficiências, mas foram informados que não tem essa previsão na lei do SADPREV, informando que as leis que regem o SADPREV são estas, a saber: lei nº 1.156 do SADPREV, a lei de criação nº 676, e a revisão da lei nº 1.153 que trata de algumas questões na Emenda Constitucional nº 103/2019. Houve uma ampla discussão das aposentadorias por invalidez, que merecem mais atenção, havendo a necessidade da contratação de um perito para avaliar com mais exatidão os laudos médicos sobre invalidez, já que os próprios médicos que pertencem à junta médica atestam seus próprios laudos, havendo inclusive até casos de reversão de aposentadoria. O servidor Roberto colaborou grandemente com seu conhecimento e sua experiência na área de concessão de benefícios, esclarecendo várias dúvidas. Foi citado o alerta feito sobre a problemática dos servidores com cargas horárias incompatíveis e as complicações financeiras geradas após a aplicação da jornada ampliada. O presidente Sóstenes alertou para a necessidade de uma administração mais focada em projetar o futuro, visto que a jornada ampliada já estava prevista no Plano Nacional da Educação, e que o município já deveria estar preparado para lidar com essa questão. Foi expressado por todos a preocupação do número de comissionados e contratos estar quase superior ao do número de efetivos. Foi esclarecido o acompanhamento feito da aplicação dos recursos do SADPREV, e da regulamentação e instrução feita pela Secretaria de Previdência. Comentou-se sobre a dificuldade de trabalhar com o público que foca nos benefícios individuais em detrimento aos interesses coletivos: Comentou-se da ausência de cruzamento das informações sobre os atestados de invalidez ou de afastamento médico entre o SADPREV e a Junta Médica, visto que os processos já chegam no SADPREV na reta final; foi informado que todos os órgãos com servidores regidos pelo



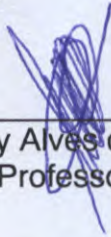
RPPS, estão em dia com seus pagamentos ao fundo; comentou-se sobre o pagamento sobre os descontos indevidos, cujo pagamento é feito através do rendimento dos valores aplicados do fundo; perguntaram sobre o abono de permanência, e esclareceu que muitos desses processos estão sendo indeferidos por não terem cumprido ainda os requisitos necessários; indagaram sobre a possibilidade de um concurso público para os cargos do SADPREV, que só poderá ocorrer quando houver a lei específica; e comentou-se sobre a modulação como um meio de identificar provimento de déficits. Encerrada a pauta da reunião, os conselheiros do CACS parabenizaram pelo trabalho exercido no SADPREV, pelas melhorias ocorridas e pelo comprometimento do grupo. A Gestora Presidente agradeceu em nome do SADPREV e colocou-se à disposição para sanar as dúvidas sobre quaisquer esclarecimentos posteriores que se fizessem necessários. Nada mais havendo a acrescentar, eu, Ana Maria Mantzos, secretária, lavrei a presente ata, que será assinada pelos presentes.

Santo Antônio do Descoberto-GO, 07 de maio de 2024.



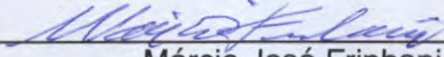
---

Sóstenes Alves do Nascimento  
Representante Membro de Organizações da Sociedade Civil



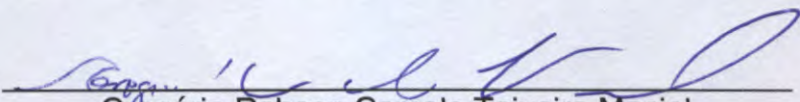
---

Shirley Alves de Oliveira  
Representante Membro dos Professores da Educação Básica Pública



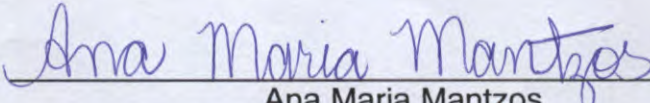
---

Márcio José Frinhani  
Representante Membro do Conselho Municipal de Educação



---

Gregório Robson Camelo Teixeira Maciel  
Representante Membro dos Diretores das Escolas Básicas Públicas Municipais



---

Ana Maria Mantzos  
Secretária do CACS do FUNDEB



Jozélia Francisca de Souza  
Gestora Presidente  
Autarquia SAD-PREV  
Dec. nº 2861/2022

---

Jozélia Francisca de Souza  
Gestora Presidente do SADPREV

---

Marina Estevão da Rocha  
Diretora Financeira do SADPREV

---

Roberto Alves de Azevedo  
Chefe dos benefícios - SADPREV